

Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva

Work and mental health: implications of objective and subjective precarization

Marcia Hespanhol Bernardo

Docente. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. São Paulo. Brasil.
marciahb@terra.com.br

Francisco Ronald Capoulade Nogueira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. São Paulo. Brasil.
franciscocapoulade@hotmail.com

Sandra Büll

Mestre. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. São Paulo. Brasil.
sanbpsico@hotmail.com

Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva

Resumo

Partindo dos resultados de duas pesquisas em Psicologia Social, este artigo tem como objetivo discutir as repercussões psíquicas do trabalho em dois diferentes contextos. No primeiro, de trabalhadores da indústria automobilística, observou-se um sofrimento psíquico relacionado à contradição entre o discurso e a prática das empresas. As condições vivenciadas pelos trabalhadores, possibilitadas pelo temor do desemprego, conformam um tipo de 'precarização subjetiva'. No segundo contexto, focalizaram-se os trecheiros, pessoas em situação de rua que sobrevivem de trabalhos informais. Apesar de vivenciarem uma 'precariedade objetiva', estes se afirmam como trabalhadores e têm no uso abusivo do álcool a maior repercussão psíquica de sua situação. Conclui-se que ambos fazem parte do mesmo fenômeno, a precarização social contemporânea, que afeta os primeiros por sua submissão a condições de trabalho extremas e, os segundos, pela impossibilidade de exercer o trabalho, que é constituinte da subjetividade humana.

Palavras-chave: Relações de trabalho; Saúde mental; Precarização social; Trecheiros

Work and mental health: implications of objective and subjective precarization

Abstract

Based on the results of two researches in social psychology, this article aims to discuss the psychological impact of work in two different contexts. In the first one – of auto industry workers – it was observed a psychic suffering related to the contradiction between discourse and practice of Companies. The conditions experienced by workers, made possible for the fear of unemployment, provide a kind of 'subjective precarization'. In the second context roamers – people who are on the street surviving from informal work – were focused. It was observed that in spite of living an 'objective precariousness' they declare themselves as workers and have alcohol addiction as the main expression of their psychic

suffering. It has been concluded that both groups are part of the same phenomenon, the contemporary social precarization, which affects the first group by their submission to extreme work conditions and the second one for the impossibility to make any work, which is constitutive of human subjectivity.

Keywords: Work relations, Mental health, Social precarization, Roamers

Introdução

Nas últimas décadas, o trabalho tem sido foco de um número considerável de estudos e publicações, talvez mais do que em qualquer outra época¹. Suas transformações – sobretudo aquelas relacionadas à reestruturação produtiva e às implicações sociais decorrentes – têm tido destaque em um número considerável de publicações (entre as quais, podemos destacar Antunes, 2006; Boltanski & Chiapello, 1999; Castillo, 2008; Sennett, 2008). Um dos importantes aspectos desse novo contexto diz respeito às suas repercussões para a subjetividade do trabalhador (Boltanski & Chiapello, 1999; Bernardo, 2009; Linhart, 2000, 2009), incluindo questões referentes à relação do trabalho com o processo saúde-doença mental (Dejours, 2000; Franco, Druck & Seligmann-Silva, 2010).

É importante lembrar que, na sociedade contemporânea ocidental, as formas de produção são regidas pela lógica capitalista e, como afirmam Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), “isso nos leva à progressiva hipotrofia e perda de uma razão social do trabalho” (p. 230). Tal fato remete a modelos de organização do trabalho próprios do capitalismo avançado, que têm a “flexibilidade” como lema. Sendo um termo polissêmico, essa noção pode referir-se desde a estratégias de mercado, até a gestão de pessoal (Bernardo, 2009; Salerno, 1991; Zilbovicius, 1999) e é legitimada pelo discurso predominante na literatura de gestão empresarial, na mídia e na fala de gerentes.

A ideia de flexibilidade está diretamente associada às propostas do chamado ‘toyotismo’, também conhecido como ‘modelo japonês’. Tal modelo de produção teve sua origem nas fábricas de automóveis japonesas, mas, atualmente, já invadiu os mais diversos campos de trabalho em todo o mundo ocidental (Bernardo, 2009), incluindo os serviços públicos de educação e saúde (Blanch-Ribas & Cantera, 2010). Vale dizer, ainda, que, além das propostas da organização do processo de trabalho, esse modelo também tem como característica a ampla terceirização de serviços, que, conseqüentemente, leva à precarização dos vínculos empregatícios.

Talvez seja possível dizer que problemas de saúde mental relacionados ao trabalho nunca tiveram tanto destaque como na atualidade. Seja o trabalho a causa necessária para o adoecimento, seja ele um fator contributivo ou, até mesmo, um fator desencadeante de problema pré-existente (Brasil, 2001; CFP/CREPOP, 2008), é preciso atentar para o fato de que a relação trabalho e adoecimento/sofrimento psíquico é um fenômeno psicossocial relacionado ao contexto mencionado acima, do qual não podemos desviar nossos olhares, nem nossas ações. Segundo Jacques (2006),

“As transformações no cenário mundial e suas expressões no mundo do trabalho, tais como desemprego e subemprego, processos organizacionais internos de reestruturação produtiva e introdução de novas formas de gestão, enxugamento do quadro de funcionários, inovações tecnológicas frequentes, são reconhecidas como fatores que vêm contribuindo para o crescimento do sofrimento mental e dos distúrbios psicológicos de modo geral” (p. 94).

Informações epidemiológicas indicam a complexidade do quadro. Os dados do INSS, por exemplo, apontam que a prevalência de determinados distúrbios mentais em bancários, professores, policiais, empregadas domésticas, trabalhadores rurais, atendentes de telemarketing, motoristas, executivos e outras tantas categorias é maior do que se observa na população em geral (Jacques, 2006; Brasil, 2001). Segundo Lima (2003), esses trabalhadores são acometidos por depressão, síndrome do pânico e de burnout, estresse, transtornos psicóticos, transtornos mentais relacionados ao uso de álcool entre outros, sendo que cada um desses distúrbios tem maior relação com determinadas categorias profissionais.

Outro relevante fato diz respeito ao número de suicídios no trabalho identificado nos últimos anos. Merlo (2009) elaborou um dossiê, no qual retrata, a partir de reportagens do jornal francês Libération, como o sofrimento de funcionários da France Télécom chegou ao extremo após uma série de mudanças organizacionais terem sido desencadeadas pela privatização da empresa. Segundo reportagem de Philippe Brochen (do jornal Libération), tal número pode ser considerado uma “epidemia de suicídios” que afetou os assalariados daquela empresa. Mas esses fatos não se restringem a uma única empresa. De acordo com Linhart (2009), estima-se que, na França, têm ocorrido mais de trezentos suicídios no trabalho por ano e notícias de jornais também falam de casos na China. Esses acontecimentos em tamanha escala são fortes indicadores de que os problemas dizem mais respeito ao contexto de trabalho do que às características intrapsíquicas individuais dos trabalhadores.

Assim, quando são tão somente apresentados dados de adoecimento, e mesmo os alarmantes casos de suicídio, podem surgir questões ingênuas como: estes trabalhadores não percebem que estão adoecendo? Por que não abandonam tais postos de trabalho? As respostas a essas indagações devem ser pensadas à luz do contexto mais amplo da configuração da nova ordem social do trabalho em escala mundial, que tem como característica uma crescente precarização (Castel, 2008; Mészáros, 2006). De acordo com Franco e Druck (2008),

“Há duas décadas, a questão da precarização vem assumindo importância central nos debates e reflexões sobre o mundo do trabalho marcado – desde a crise da sociedade fordista – pela expansão do desemprego, pela emergência da pobreza nos países centrais do sistema capitalista e pela terceirização crescente do trabalho, dentre outros aspectos” (p. 1).

Ainda, segundo as autoras, “com a generalizada flexibilização do trabalho nos países centrais, principalmente pela via da terceirização, a nítida linha de separação entre incluídos e excluídos nessas sociedades foi-se tornando mais tênue” (p. 1). Desse modo, a precarização social não atinge apenas aqueles que estão excluídos do mundo de trabalho. Trata-se de um “processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho” (Franco, Druck & Seligmann-Silva, 2010).

Linhart (2009), por sua vez, ressalta que a precariedade dos trabalhadores com empregos estáveis tem características distintas daquela vivenciada por quem está fora do mercado de trabalho formal. Enquanto estes estão sujeitos à precariedade objetiva, aqueles vivenciam “precariedade subjetiva”, que a autora define como:

“... o sentimento de não estar ‘em casa’ no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e de precisar permanentemente desenvolver esforços para se adaptar, para cumprir os objetivos fixados, para não se arriscar, nem fisicamente, nem moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É o sentimento de não ter recurso em caso de problemas graves de trabalho, nem do lado dos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis), nem do lado dos coletivos de trabalho que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e o estímulo à concorrência entre eles. É, assim, o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda da autoestima, que está ligada ao sentimento de dominar mal seu trabalho, ao sentimento de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. (...) Tem-se, assim, frequentemente, o medo, a ansiedade, o sentimento de insegurança que é chamado comodamente de estresse” (p. 2)

Essa perspectiva de análise fornece uma base importante para ajudar na compreensão das repercussões psíquicas do trabalho. Para Linhart (2009), “a ‘precariedade subjetiva’ não é estranha ao sofrimento que se inscreve cada vez mais na relação com o trabalho moderno; seria, inclusive, uma de suas características” (p. 3).

Mas, se verificamos que uma considerável parcela de trabalhadores está adoecendo física e mentalmente devido à submissão a uma precariedade subjetiva, também não se pode deixar de lado o número substancial de indivíduos que sofrem grande impacto em sua subjetividade por estarem apartados do mundo do trabalho. São pessoas que vivem as agruras do desemprego, o qual, com suas características estruturais ou conjunturais (Pochmann, 2008), compõe o quadro atual do mundo do trabalho, configurando-se como uma ‘precariedade objetiva’, que também pode ser fonte de sofrimento psíquico (Seligmann-Silva, 2001).

Ainda que na Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948), texto que integra a Carteira de Trabalho e Previdência Social, possamos ler que “todo o homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” e que a Constituição Federal (Brasil, 1988) situe textualmente o trabalho como um direito social, a atual lógica que ordena as relações de oferta e procura de emprego termina por inviabilizar a participação e inserção de todos os seres humanos em idade produtiva e aptos ao trabalho no mercado formal. A lógica de expansão do capital apoiada nos adventos tecnológicos – que, segundo Mészáros (1971, 2006) e Antunes (2005) não cessam a necessidade de trabalho humano, mas o diminuem imensamente – faz aumentar a categoria dos desempregados estruturais.

Desse modo, além do “exército de reserva” (Marx, 1867/1985) de pessoas que estão sem emprego e à disposição do mercado, temos também pessoas que estão permanentemente impossibilitadas de vender sua força de trabalho. Mészáros (2006) que, em 1971, já apontava que o desemprego não atingiria apenas os países “periféricos de uma indústria obsoleta”, mas atingiria os trabalhadores não qualificados, qualificados e até mesmo os super especializados em escala global, demonstra a atualidade de seu texto em uma outra publicação, na qual fornece importantes dados sobre a situação vivida em 2005 nos países centrais. Segundo ele, naquele ano, nos Estados Unidos, cerca de 50 milhões de pessoas situavam-se abaixo da linha de pobreza, o que englobaria aproximadamente uma em cada quatro crianças (menores de 18 anos); um em cada cinco adultos e três em cada cinco famílias. Além disso, em 2006, havia uma estimativa de que existiam aproximadamente de 40 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, sendo cerca de 20 milhões na Europa, situação que, vale dizer, vem se agravando ainda após a crise de 2008/2009.

Ainda que, no momento atual, o Brasil viva uma situação mais otimista do que a maioria dos países ocidentais com relação aos níveis de desemprego, devemos salientar que existe uma inserção desigual

no mercado de trabalho. Assim, à sensação de instabilidade daqueles inseridos no mercado de trabalho formal, por vezes escamoteada sob o lema da 'flexibilidade', soma-se o discurso da necessidade de qualificação constante como garantia de empregabilidade, responsabilizando o indivíduo pelo não trabalho e criando a ilusão de que o esforço pessoal dará conta de proporcionar oportunidades (Pochmann, 2006).

Nesse contexto, mantém-se a lógica que culpa o trabalhador tanto por sua 'não empregabilidade', devida a uma alegada falta de qualificação profissional, como por seu adoecimento pelo trabalho ou pela falta dele. Essa lógica encerra no campo individual discussões que deveriam problematizar circunstâncias sociais e dão margem ao discurso que caracteriza o trabalhador adoecido ou desempregado como portador de algum tipo de fraqueza individual.

Tal contexto tem repercussões sobre o psiquismo tanto daqueles que estão desempregados como para aqueles que têm um emprego formal. Esses dois grupos não pertencem a universos distintos – como se um fizesse parte do 'mundo do trabalho' e, o outro, do 'mundo do não trabalho' – mas são diferentes dimensões de um mesmo fenômeno, que se caracteriza pela precariedade social, conforme afirmam Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010).

Tendo em vista esse contexto contemporâneo, o presente artigo tem como objetivo discutir a vivência de dois grupos distintos de pessoas, um que inclui trabalhadores inseridos no mercado formal, em uma situação aparentemente privilegiada, e outro composto por aqueles que dele estão totalmente apartados, as pessoas em situação de rua. Trata-se de duas diferentes pesquisas conduzidas pelos autores na área de Psicologia Social do Trabalho. A primeira focalizou trabalhadores de duas montadoras de automóveis que adotavam o modelo toyotista de organização da produção, tendo sido realizada no período de 2004 a 2006. Na segunda investigação, realizada em 2010, o foco recaiu sobre os 'trecheiros', que são pessoas em situação de rua, que se caracterizam principalmente por sua circularidade constante nos meios urbanos e por afirmarem-se como trabalhadores, distinguindo-se daqueles que ficam fixos em um mesmo local (ruas, praças), os 'pardais'. (Brognoli, 1996; Frangella, 2004; Bastos et al., 2003).

Ambas as investigações tinham o objetivo de compreender a vivência dos sujeitos nos seus contextos correspondentes de trabalho e de não trabalho e utilizaram metodologia qualitativa, com abordagem etnográfica e entrevistas abertas individuais e coletivas.

Apesar de nenhuma das pesquisas ter tido a saúde, e tampouco a saúde mental, como foco direto, aspectos relacionados a esse tema acabaram destacando-se nas falas de muitos dos participantes de ambas. Os relatos dos trabalhadores com vínculos formais mostraram as repercussões da "precariedade subjetiva" do trabalho (Linhart, 2009) sobre o psiquismo dos trabalhadores, enquanto aqueles que compõem o segundo grupo evidenciaram as formas como a precariedade objetiva da falta de trabalho afeta a saúde mental dos sujeitos a ela submetidos.

Nesse sentido, avaliamos que a discussão comparativa das repercussões psíquicas desses dois contextos – no primeiro, sobre os trabalhadores e, no segundo, sobre aqueles que estão apartados do mundo do trabalho formal, mas que ainda se afirmam como trabalhadores – seja interessante para compreender processo saúde-doença mental relacionado a diferentes expressões da precariedade do trabalho no contexto atual: a objetiva e a subjetiva.

Antes de prosseguir, devemos esclarecer que todos os nomes dos participantes das pesquisas citados aqui são fictícios, de modo a preservar suas identidades.

A precariedade subjetiva de trabalhadores empregados em uma condição considerada 'privilegiada'

O desemprego, enquanto um dos mais importantes aspectos da precariedade social na sociedade capitalista, parece fornecer as condições estruturais que possibilitam aos empregadores a adoção de processos seletivos rigorosos, assim como a utilização dos mais diversos mecanismos de controle cotidiano sobre os trabalhadores.

De acordo com Morice (1999), o desemprego configura-se como um "símbolo de um mal virtual, portador de uma ameaça real" (p. 46), que, por isso, dá às empresas uma posição de poder frente aos trabalhadores. Para esse autor, a ameaça solidamente ancorada na realidade está presente em todas as formas de poder, que "produzem um conjunto de mecanismos que o dominador vai colocar em prática, organizar, tornar coerente e visível, a fim de torná-la verossímil e, desse modo, eficaz" (p. 49). Tal situação permite, ainda, que as empresas utilizem mecanismos de 'administração' do poder (Bihl, 1998) e um discurso que possibilita a legitimação desses mecanismos².

Os trabalhadores de montadoras de automóveis que participaram da pesquisa apresentada aqui se encontravam em uma situação de trabalho que, à primeira vista, pode ser considerada privilegiada com relação à maioria dos trabalhadores, especialmente àqueles de baixa qualificação. Trata-se de trabalhadores empregados em duas fábricas relativamente novas, que adotam o modelo de produção

toyotista. Na ocasião das entrevistas, esses trabalhadores eram bastante jovens (a maioria com menos de 25 anos), contratados sem experiência prévia, que recebiam salários acima da média regional, com benefícios adicionais, tais como transporte da empresa, seguro saúde e cesta básica.

Essa situação, aparentemente distinta do ponto de vista econômico, mostra seu lado perverso quando os trabalhadores descrevem seu cotidiano de trabalho, dando fortes indicações de que vivem na situação de precariedade subjetiva descrita por Linhart (2009). Expressões como "ritmo alucinante", "trabalho incessante", "loucura", "desespero", "estresse", "depressão" apareceram de forma espontânea nas falas dos trabalhadores ao descrever suas atividades laborais. Os principais problemas do trabalho apontados por eles foram o excesso de responsabilidades e o ritmo "insuportável" da produção.

Esses trabalhadores demonstram ter plena consciência de que as exigências, o ritmo e toda a estrutura à qual estão submetidos podem lhes causar vários danos à saúde. São flagrantes as alusões ao temor do desemprego e, assim, estar empregado, ainda que em uma função que exija esforços sobre-humanos, é apontado como preferível a emprego nenhum. Ou seja, eles estão inseridos em uma lógica em que a única alternativa ao trabalho penoso é o desemprego. Por isso, a necessidade de resistir ao extremo.

Nesse sentido, praticamente todos relataram casos, que diziam respeito a si próprios ou a colegas, de problemas de saúde mental ("depressão", "síndrome do pânico" e "estresse" foram os mais citados) decorrentes da vivência de situações que se caracterizam pela "pressão psicológica", que se somava ao ritmo intenso de trabalho. Rogério, um trabalhador que, na ocasião da pesquisa, estava afastado do trabalho por LER/DORT, relata como o sofrimento físico também era acompanhado pelo sofrimento psíquico: "Eu aguentava muito! Mas comecei a correr na parte médica porque tava estressado. Não tava aguentando mais! Não aguentava mesmo! (...) Eu tinha medo de ir na enfermaria...". Outro trabalhador, que se dizia "revoltado" com a empresa, foi direto em relação às consequências desse tipo de vivência ao afirmar que "o problema [da pressão] não é só... só o seu corpo... é sua mente também: A hora que você vai ver, você tá ficando meio lelé!". E outro complementa: "Afeta sua mente também porque é muito estressante. É pressão, é cobrança...".

Relatos como estes parecem corroborar a afirmação de Fortino (2010) de que a intensificação do trabalho observada nas últimas décadas "coage os assalariados a realizar seu trabalho com prazos muitas vezes impraticáveis, a dar provas de seu desempenho apesar de uma ausência flagrante de meios adequados" (p. 8).

Cristiano, que, na ocasião da entrevista, afirmava estar afastado do trabalho por depressão, também apresenta uma fala que exemplifica os efeitos da precarização subjetiva. Diz que,

"Tem um fato também que é do estresse. Eu chegava a sonhar à noite que eu tava montando carro. Sonhava! Tinha vez que eu ia dormir, eu sonhava que eu tava montando o carro. Quando eu acordava pra ir trabalhar, parecia que eu não dormi nada, entendeu? Parecia que eu tinha trabalhado. Saía cansado já! Psicologicamente, eu saía cansado pra trabalhar. (...) A gente fica muito estressado! Vai estressando, vai estressando e aí dá os problemas."

Alexandre, ao relatar o caso de outro colega que estava afastado por problemas mentais, também estabelece uma relação direta com o trabalho e aponta a negação da empresa com relação a esse fato. Diz ele: "o João tá com depressão. (...) É lógico, pode ser uma doença congênita, como eles [representantes da empresa] falam, mas o dele foi do trabalho!!! Da pressão!!!".

Ao mesmo tempo em que relatam essas vivências, os trabalhadores indicam que o discurso gerencial das empresas busca apresentar-se de forma sedutora, com uma referência constante à ideia de que todos são "iguais" e teriam interesses convergentes, conformando a família-empresa. Esse discurso é bastante similar ao que se lê nas publicações de gestão empresarial³ e sua adoção visa a legitimar formas de organização e relações de trabalho que têm como meta a exploração máxima da força de trabalho (Bernardo, 2009).

Desse modo, além da ameaça de desemprego, essa contradição entre o discurso e a prática, bastante comum na atualidade, traduz-se em um tipo de relação de trabalho que Linhart e Linhart (1998) definem como "perversa", pois mantém os trabalhadores em "um estado de inquietude permanente" que os expõe a um "sofrimento psíquico bem real" (p. 308). Contudo, devemos destacar que a adoção de um discurso que visa a legitimar as propostas de organização do trabalho é possível justamente pelo poder propiciado pela ameaça (direta ou velada) de demissão. Ainda que os índices de desemprego no Brasil estejam menores hoje do que há alguns anos, as possibilidades de jovens sem experiência obterem um emprego mais qualificado continua relativamente reduzida.

A seguinte fala de Rodrigo exemplifica o poder dessa ameaça:

"Já foi muito falado em reunião [na empresa] que tem mil lá fora esperando vaga para entrar, entendeu? Então... (...) Já existiu um supervisor que falava na reunião que se não tiver contente ali dentro, é para o operador comprar um carrinho de pipoca e vender pipoca na rua, entendeu?"

Esse contexto produz a vivência de medo e insegurança, que impede os trabalhadores de se rebelar ou sequer manifestar aquilo que sentem, o que parece caracterizar a vivência da precariedade subjetiva assinalada por Linhart (2009). Conforme afirma a autora,

“Constata-se que uma enorme dificuldade é que esses assalariados submetidos a condições inseguras e estressantes têm dificuldade de chamar a atenção para o seu sofrimento e o seu sentimento de precariedade. Como poderiam, de fato, quando ao seu lado os assalariados são identificados por sua precariedade objetiva em razão de seus empregos instáveis, em tempo parcial, com duração determinada e temporários? (...) Como, então, falar de sofrimento e de sentimento de precariedade? Essa interdição vem exacerbar uma vivência cotidiana carregada de angústia e de sentimento de impotência” (p. 13).

Em outro texto, Linhart (2000) também nos lembra que, nessa situação,

“Cada um vive de modo puramente individual aquilo que constitui uma prova permanente: o medo de não ter êxito, de não estar à altura, de ser pego em desacordo com a qualidade, de desrespeito aos prazos ou de insuficiência de resultados, enquanto pesa uma ameaça permanente sobre o emprego” (p. 34).

Em tal conjuntura, na qual impera o medo do desemprego, os trabalhadores se submetem a situações que não aceitariam em circunstâncias mais favoráveis, o que, muitas vezes, acaba tendo como consequência tanto o adoecimento físico, como o sofrimento/adoecimento mental. Esse fato ficou evidente na fala dos trabalhadores citadas acima. Mesmo que, na pesquisa, não houvesse nenhuma indagação direta sobre a relação entre trabalho e adoecimento, os trabalhadores falaram sobre esse tema espontaneamente e com grande frequência e ênfase.

Mas, se essa questão está tão presente na vivência daqueles que se encontram em uma situação ocupacional considerada privilegiada, o que se pode dizer daqueles que estão excluídos quase permanentemente do mercado de trabalho formal – as pessoas em situação de rua – e que, portanto, vivenciam a precariedade objetiva?

Os trabalhadores em situação de rua: a vivência da precariedade objetiva

Quando tentamos analisar o impacto da organização social do trabalho em indivíduos apartados do mercado formal e, mais especificamente, aqueles que vivem nas ruas, podemos verificar o quanto o trabalho define um lugar social para o indivíduo, ainda que esteja, há muito, sem exercer uma atividade. É pungente a abrangência do discurso da positividade do trabalho já apontado acima. O fato de afirmar-se enquanto trabalhador ainda que em funções extremamente penosas, instáveis e precárias oferece ao indivíduo o caráter de humano e a possibilidade de contrapor-se aos 'vagabundos', parasitas sociais. Nas palavras de João, sujeito da pesquisa utilizada como base para esta discussão:

“Sou trabalhador, sempre fui... mesmo na rua, olho carro, vendo latinha, mas olho mais carro mesmo. A gente tando sempre lá, o pessoal chega e já sabe... tem outros olhando mas eles diz “eu quero aquele”. Chama a gente por nome, sabe que num vai mexer, não vai riscar [o carro]...tudo direitinho. Às vezes, quando fico tempo sem ir lá [local onde olha carro] e to andando na cidade, sempre vêm e me diz “você num foi mais lá? Tá fazendo falta” Então... você ganha o dia com uma coisa dessas! No olho desses, você é um trabalhador... mas no olho de outros, você é um vagabundo, tá atrapalhando, te dá o dinheiro logo com medo, com cara feia...”

Esse homem, que, na ocasião da pesquisa, tinha 53 anos e se encontrava nas ruas havia muitos anos, refere-se a si mesmo como trabalhador ao longo de todo seu relato. Inúmeras vezes, reafirma seu gosto pelo trabalho em frases como “não falta trabalho pra quem não tem medo de trabalhar”, “não enjeito trabalho duro”, “trabalhei desde os sete anos no sol quente da roça”, “não sei ficar parado”. Sua fala nos fornece, ainda, noção do duplo sentido que o trabalho pode ter. Se, por um lado, sente-se valorizado, também é nele que vivencia o olhar de reprovação e desconfiança social por exercer uma função informal e precária. Todo seu vigor verbalizado contrasta enormemente com sua rotina. Na ocasião da entrevista, ele se encontrava em uma instituição municipal que atende a pessoas em situação de rua, onde, esporadicamente, realizava trabalhos externos, geralmente estabelecidos por dia.

O discurso de João – que evidencia que, mesmo na rua, os indivíduos tendem a declararem-se como trabalhadores – encontra ressonância nos dados apresentados pelo Censo Nacional de Pessoas em Situação de Rua (Brasil, 2008), que entrevistou pessoas nessa condição em cidades com mais de 300.000 habitantes. Segundo o censo, 70,9% dos sujeitos entrevistados declararam exercer algum tipo de atividade remunerada e apenas 15,7% declararam pedir dinheiro como principal meio de subsistência. Entre os que se afirmam como trabalhadores, 27,5% declararam trabalhar como catador de material reciclável, 14,1% como flanelinha, 6,3% na construção civil, 4,2% em atividades de limpeza e 3,1% como carregador/estivador. A maioria (58,6%) afirma ter profissão, mesmo não a exercendo (entre as quais, podemos destacar que 27,2% na construção civil, 4,4% no comércio, 4,4% no trabalho doméstico e 4,1% na mecânica). O relatório do censo ainda mostra que 47,7% dos sujeitos entrevistados disseram nunca ter tido carteira assinada e somente 1,9% declarou ter trabalho formal na ocasião da pesquisa. Metade dos que afirmaram já ter trabalhado com carteira assinada, estava fora dessa condição havia mais de cinco anos e 44,8% mudaram de cidade em busca de emprego.

Com base nestes dados, o texto do Plano Nacional para Inclusão de Pessoas em Situação de Rua (Brasil,

2009) segue afirmando que essa população é composta em sua maioria por trabalhadores, em uma clara contraposição e tentativa de combate à imagem social que caracteriza tais pessoas como vagabundos indignos de onerar o orçamento do Estado.

Um aspecto a ser destacado do referido Censo diz respeito ao alcoolismo e ao desemprego: de um total aproximado de 44.875 pessoas entrevistadas 35,5% apontou o alcoolismo e/ou uso de drogas como principal motivo para a ida para as ruas e 29,8% apontaram o desemprego. Esses dados são corroborados por Snow e Anderson (1998) em pesquisa sobre os outsiders nos Estados Unidos com o objetivo de descrever sua forma de vida nas ruas. Nascimento e Justo (2000), comentando Castel, também afirmam que,

“Deste modo, a competitividade na dinâmica atual da modernização leva a uma precarização do emprego e ao desemprego, tendo como consequência o surgimento de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, não integrados e, sem dúvida, não integráveis como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. Dificilmente podem ser considerados pelo que são, pois sua qualificação é negativa (...). Trata-se, então, de uma desfiliação social cada vez maior daqueles com pouca ou quase nenhuma qualificação profissional provocando o que autor considera individualismo negativo” (p. 531).

Todos os sujeitos entrevistados na nossa pesquisa afirmaram-se como trabalhadores, mas podemos apontar uma diferença significativa na relação estabelecida com o trabalho entre os indivíduos entrevistados na rua e os entrevistados em uma instituição municipal voltada a pessoas em situação de rua. Enquanto os primeiros viam no trabalho uma forma de angariar dinheiro para a manutenção de necessidades imediatas, tais como a obtenção de bebida alcoólica, comida e, especialmente, para custear a ida para outras cidades, os segundos viam no trabalho a chance de fixar-se na cidade e, uma vez fora da instituição, não voltarem às ruas. Assim, enquanto uns atrelaram o emprego formal à sensação de aprisionamento, de pressão, outros o consideraram como uma maneira de inserção social.

Jair, entrevistado que se mantém circulando de cidade em cidade há nove anos, relembra assim seu último emprego formal:

“Agora lá não... tem que ficar com gente no pé da gente... e... lá eu sei mais porque quando eu era moleque eu trabalhei numa oficina, numa serralheria. Aprendi soldar, fazer um monte de coisa, e ... tinha um cara de sábado que era soldador lá, e era o mecânico. Ele faltou porque ele tava doente e aí meu cunhado, meu cunhado era chefe, pediu pra mim se eu soldava uma alavanca que tinha quebrado. Fui lá e soldei e aí continuei trabalhando. Esse mecânico precisou fazer uma cirurgia... aí deixaram eu mais de um mês de mecânico lá e ganhando mesma coisa que ajudante geral... Daí eu estourei (ri)... Foi isso... E aí que, no pagamento, eu fui reclamar com o seu F. (encarregado), o seu F. 'ué, mas você é registrado como ajudante geral'. Mas eu falei 'mas o que eu tô fazendo é serviço profissional'. Nós discutimos lá e eu peguei e saí.”

Outros entrevistados também apresentaram relatos muito similares ao de Jair. Observa-se, assim, que a precarização objetiva identificada na situação atual dessas pessoas já estava presente nas vivências anteriores de trabalho. Mas é interessante também notar as contradições presentes nos seus discursos. A justificativa apresentada por muitos deles para ter deixado empregos formais anteriores foi a vivência de injustiça e/ou aprisionamento. Por outro lado, mesmo com essas afirmações, a maioria não apresenta crítica ao sistema social que produz esse tipo de trabalho e alguns, inclusive, culpam-se pelas atitudes do passado, atribuindo à sua irresponsabilidade ou à sua “falta de juízo” a não submissão a condições de trabalho identificadas como ruins.

Pedro, trecheiro agora abrigado na já referida instituição, afirmava ter recusado bons empregos ao longo de sua vida. Mas, ao ser indagado sobre o porquê de sua recusa, responde que foi “por causa de não ficar preso. Que eu, desde sete anos de idade, que eu trabalhei livre na roça, parava a hora que eu queria e... então... Lá era das sete às onze, do meio dia às cinco, era sempre preso naquele... [bate com as mãos na perna indicando a rigidez]”. José, outro trecheiro que, após 12 anos nas ruas, também estava morando na instituição municipal, tem um relato similar. Ele diz que “... não tinha juízo, se um amigo falava “bora pra Bahia?”, era o tempo de receber o pagamento e já nem voltava da hora do almoço... Eu podia estar bem [de vida] hoje...”.

Carlos, ex-interno, que, na ocasião da entrevista, era monitor contratado formalmente pela mesma instituição onde moravam alguns dos entrevistados, conta que, antes da vida nas ruas, fora trabalhador de uma grande montadora de automóveis. Apresentando um discurso marcadamente individualizante da sua vivência, ele faz a seguinte afirmação: “Já fui tempestade, hoje sou calmaria, estive no mais alto degrau social e também no fundo do poço.... não, no fundo do poço tem água e eu estive foi num esgoto, agora é só alegria”.

No que se refere às repercussões psíquicas das situações de trabalho e de não trabalho, foi possível identificar uma diferença fundamental entre as vivências relatadas pelos trabalhadores das montadoras de automóveis descritos no item anterior e as desse grupo. Enquanto aqueles fazem referência a diversos tipos de sofrimento/adoecimento físico mental (depressão, estresse, LER/DORT) e os relacionam com o trabalho, estes apresentam o alcoolismo como a maior expressão do seu sofrimento, mas não o relacionam com a vivência de não trabalho e nem de trabalho precário anterior. Nascimento (2005), ao estudar a relação entre desemprego e alcoolismo em homens de uma comunidade de baixa renda em Recife, afirma:

"A definição da característica de dependência do álcool dos homens investigados contribui para marcar suas significativas diferenças em relação aos demais. Se a bebida os levou ao desemprego ou se a condição de desempregado os levou ao consumo excessivo de bebida alcoólica não é questão central aqui. Contudo, em qualquer das situações, a relação desemprego-álcool assume grande importância no contexto dessa comunidade; e o consumo de bebida aparece como estratégia marcadamente masculina" (pp. 1-2).

João, que iniciou sua vida profissional aos 12 anos "na roça", como diz, considera que "Na roça todo mundo bebe, seja porque tá frio, seja porque tá muito quente... falta até água, mas o garrafão de pinga tá lá... e tudo por aí é assim, fui motorista do sr. T. (produtor rural local) e ia fazer a compra com as família que trabalha pra ele... o garrafão de pinga, nós falamos 'gorotinho', o 'gorotinho' não pode faltar, tá sempre junto com a compra do mês". E, mais adiante:

"A bebida tira a vontade de trabalhar, o esforço da pessoa trabalhar, a pessoa fica vagabundo mesmo que nem eu fiquei. Então, você sabe onde você vai comer, você sabe que tem um lugarzinho pra você dormir, você pede um dinheiro pra pessoa, a pessoa dá... Que nem eu, no caso, não pedia assim pras pessoa na rua... No meu caso, eu olhava carro, eu olhava carro no shopping, à noite eu olhava na P. (lanchonete local) e na lanchonete do D. ..."

Mesmo Antônio, que afirma que a primeira vez que bebeu foi aos onze anos de idade, em uma oficina mecânica onde era aprendiz, porque queria verificar os motivos pelos quais os mecânicos bebiam aquilo e riam tanto, diz que não vê nenhuma relação entre seu alcoolismo e sua vida profissional. Diz ele: "Filha, a gente bebe porque gosta, porque não tem juízo, bebe pra lembrar, bebe pra esquecer... daqui a pouco bebe pra tudo nessa vida, é... como se diz aqui, falha... de caráter (alusão aos doze passos dos Alcoólicos Anônimos)".

João nos fala ainda do histórico de alcoolismo e violência de seu pai e é interessante notar como seu relato indica a relação com o trabalho precário:

"... apesar que meu pai era ... ele bebeu também, era muito violento... ele me maltratava, todos nós. Então, a gente já cresceu umas crianças meio revoltadas. E... então a gente já cresceu meio revoltado, vendo meu pai bater na minha mãe. Não podia fazer nada... e... até quando ele morreu (...). Meu pai trabalhava em olaria, era um homem grande, forte... dia todo naquela quentura, naquele esforço, acho que a hora que saía só pensava numa gelada. Acho que não tinha outro jeito de esfriar a cabeça, era só beber, era o bar, o jeito dele esquecer... não sei... ele nunca disse isso, eu é que acho."

Segundo Nascimento e Justo (2000), "o alcoolismo entre os 'trecheiros' pode ser tomado como uma das expressões mais radicais desse fenômeno na sociedade atual. Aí encontra a pobreza, a solidão, a desterritorialização sócio-geográfica do sujeito e tantas outras condições próprias dessa sociedade" (p. 531). Dessa forma, os trecheiros, como indivíduos marcados por um profundo desenraizamento social, forte pobreza e constante circularidade, encerrariam uma espécie de caricatura do homem comum da atual sociedade de economia globalizada, na qual as relações se tornam superficiais e fugidias e o incentivo à mudança constante de emprego e mesmo de cidade por conta do emprego leva a um sentimento de instabilidade constante.

No entanto, devemos lembrar que, quando tentamos analisar o papel do uso do álcool no contexto laboral e sua relação com o sofrimento experienciado pelos indivíduos no universo do trabalho/não trabalho, encontramos como barreira o discurso hegemônico já mencionado, que culpa o sujeito e suas escolhas individuais pelo adoecimento mental expresso nas mais diversas patologias e também no uso excessivo de álcool. Podemos verificar, inclusive por dados epidemiológicos, uma maior incidência de determinadas patologias, dentre as quais o uso excessivo de álcool, em determinadas categorias profissionais (Lima, 2003).

No caso da população em situação de rua, especialmente os trecheiros, observa-se com frequência a presença concomitante do desemprego – ou trabalho extremamente precário – e do uso abusivo do álcool. Provavelmente, seja simplista asseverar que o desemprego é causa direta do alcoolismo e da ida para a rua, mas parece também demasiado ingênua a concepção mais aceita socialmente que inverte essa causalidade, ou seja, atribui ao alcoolismo – que seria decorrente de 'fraquezas' individuais ou problemas familiares – a 'causa' do desemprego e/ou da ida para a rua.

Os relatos apresentados aqui apontam como o trabalho se mantém como uma atividade central na vida das pessoas, ainda que o exerçam de maneira informal, precária, intermitente ou dele estejam afastadas há um tempo considerável. É o trabalho que os diferencia, quando em situação de rua, dos demais a quem chamam de "parasitas", "vagabundos". Na fala desses indivíduos, podemos entrever que o que faz de um sujeito um 'vagabundo' não é a embriaguez, mas o não trabalho. Quando João afirma que 'a bebida tira a vontade de trabalhar, o esforço da pessoa trabalhar', dá à sua narrativa uma entonação de tristeza e pesar que não utilizou nem ao narrar o fim de seu casamento, o afastamento dos filhos ou sua ida para as ruas. Ao afirmar que o álcool lhe retirou a vontade de trabalhar, parecia afirmar que lhe retirara a dignidade, sua identificação e lugar de pertença ao mundo.

Podemos ainda perceber como o álcool faz parte de alguns contextos de trabalho, tais como trabalho rural, serralherias, oficinas mecânicas etc. Ele parece estar intrinsecamente atrelado à cultura destas atividades, fazendo parte da inserção do indivíduo no ramo. Não beber parece significar não se juntar ao grupo. Porém, os relatos dos entrevistados também indicam que seu uso pode ser uma forma de

conviver com condições precárias de trabalho, conforme já apontado por Seligmann-Silva (1995).

Apesar disso, podemos perceber que os entrevistados não fazem tal associação e repetem o modelo explicativo padrão de teorias que tendem a centrar no indivíduo e sua estrutura psíquica a responsabilidade pelo uso de álcool, com especial destaque para o modelo "12 passos" dos Alcoólicos Anônimos.

Considerações finais

Os relatos dos entrevistados nas duas pesquisas que serviram de base para a discussão aqui apresentada indicam que a questão do trabalho e do não trabalho evidenciam duas dimensões da precariedade social (Franco & Druck, 2008): a subjetiva, à qual estão submetidos os trabalhadores das montadoras de automóveis entrevistados, e a objetiva, que vitimiza aqueles que vivem no trecho. Porém, seja em uma ou outra, pudemos observar repercussões para o psiquismo daqueles que a elas estão submetidos.

Os trabalhadores que se encontram empregados em uma condição considerada privilegiada para sua classe social submetem-se a situações sentidas como "insuportáveis", tanto com relação ao corpo como à mente. Os mecanismos de controle utilizados pelas empresas – possibilitados pela força da ameaça de demissão, que, por sua vez, é subvertida por um discurso de inclusão – são vivenciados pelos trabalhadores como formas de violência: violência psicológica, no caso das "pressões" e das "humilhações" cotidianas, e violência física, no caso da imposição de um ritmo de trabalho "alucinante".

E, pode-se supor que, a partir do momento em que o limite do suportável é ultrapassado, o indivíduo sofrerá algum tipo de consequência para sua saúde. Nesse sentido, os trabalhadores apresentam relatos de diversos colegas ou deles próprios nos quais narram situações de adoecimento e sofrimento físico e mental, que associam à transposição desse limite.

Já os homens em situação de rua apresentam outra face dessa questão, que se materializa na vivência de uma precariedade social objetiva, que está estreitamente relacionada ao contexto do trabalho. Muitos daqueles que participaram da pesquisa dizem ter abandonado o trabalho justamente por não aceitarem submeter-se ao aprisionamento e à pressão ainda suportada pelos trabalhadores das montadoras entrevistados. Por outro lado, essa aparente expressão de liberdade traduz-se em uma vivência de aprisionamento, não a um local, mas a uma situação: a eterna busca, de trecho em trecho, da afirmação da identidade pelo trabalho.

O alcoolismo parece ser a maior expressão de problemas de saúde mental dessas pessoas, que, supomos, tenha alguma relação com suas vivências anteriores de trabalhos e/ou com a situação posterior de não trabalho. No entanto, ao contrário dos trabalhadores das montadoras, que associam diretamente o sofrimento/adoecimento mental ao contexto de trabalho, os trecheiros não fazem a associação entre sua dependência do álcool e o contexto de emprego/desemprego. Mantém o padrão explicativo predominante na sociedade, e mesmo entre profissionais de saúde, que centra no indivíduo e sua estrutura psíquica a responsabilidade pela dependência do álcool e pela sua situação social.

Apesar desse contexto nada otimista para nenhum dos dois grupos pesquisados, Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) nos lembram que "a precarização do trabalho é uma construção histórica, sendo, portanto, modificável" (p. 22). Sendo assim, a precariedade objetiva e a precariedade subjetiva devem ser vistas como diferentes expressões de um mesmo fenômeno, para que, dessa forma, seja possível resgatar "a solidariedade entre desempregados, terceirizados e todos aqueles que vivem do trabalho" (p. 22), inclusive aqueles que dele estão totalmente apartados.

Referências

Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (org.) (2006). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Edições Loyola (Org.) (2003). *Pastoral da Rua: Vida e Missão*. São Paulo: Edições Loyola.

Bernardo, M. H. (2009). *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.

Bihl, A. (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo:

Boitempo Editorial.

Blanch-Ribas, J.M & Cantera, L. (2010). La doble cara de la mercantilización de los servicios universitarios y hospitalarios. In J.L. Álvaro, (Ed.) (no prelo), *Psicología Social del Trabajo y de las Organizaciones*.

Boltanski, L. & Chiapello, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília.

Ministério da Saúde. (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome. (2008). *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate Fome. Recuperado em 02 de dezembro, 2010 de http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf.

Diário Oficial da União. (2009, 24 de dezembro). *Política Para Inclusão Social da Pessoa em Situação de Rua*.

Brogno, F. F. (1996). *Trecheiros e Pardais: uma etnografia de nômades urbanos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Castel, R. (2008). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (7ª ed.). Petrópolis: Vozes.

Castillo, J. J. (2008). *La soledad del trabajador globalizado: memoria, presente y futuro*. Madrid: La Catarata.

Conselho Federal De Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2008). *Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública: referências para a atuação do (a) psicólogo (a)*. Brasília: CFP. Recuperado em 02 de dezembro de 2010, de <http://crepop.pol.org.br>.

Dejours, C. (2000). *A banalização da injustiça social* (Trad. L. A. Monjardim). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Fortino, S. (2010). Précarité objective, précarité subjective et genre: vers La remise en cause de l'autonomie des femmes? *Comunicação no Seminário internacional organização e condições de trabalho moderno: emprego, desemprego e precarização do trabalho*. Campinas: Unicamp.

Frangella, S. M. (2004). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas.

Franco, T.& Druck, G. (2008). Precarização: uma questão multidimensional. *Seminário Internacional de Saúde Mental e Trabalho*, São Paulo.

Franco, T., Druck, G. & Seligmann-Silva, E. (2010). As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35(122), 229-248.

Jacques, M. G. C. (2006). Trabalho bancário e saúde mental no paradigma da excelência. *Revista Boletim da Saúde*. 20(1), 93-105.

Lima, M. E. A. (2003). A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. *Psicologia em Revista*, 10(14), 82-91.

Linhart, D. (2000). O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. *Trabalho e Educação*, (7), 24-36.

Linhart, D. (2009). Modernisation et précarisation de la vie au travail. *Papeles del CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva)*, (49). Recuperado em 01 de novembro de 2010 de www.identidadcolectiva.es/pdf/43.pdf.

Linhart, D. & Linhart, R. (1998). L'évolution de l'organisation du travail. In J. Boutet, H. Jacot, J. Kergoat & D. Linhart. (Org.), *Le monde du travail*. Paris: Découverte.

Marx, K. (1985). *O Capital* (livro I, vol. 1). São Paulo: Difel. (Originalmente publicado em 1867).

Merlo, A.R.C. (2009). *Dossiê: Suicídios na France Télécom: as consequências nefastas de um modelo de gestão sobre a saúde mental dos trabalhadores*. [Mímeo].

Mészáros, I. (1971). *The necessity of social control*. Londres: Merlin Press.

Mészáros, I. (2006). Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In R. Antunes (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Morice, A. (1999). Quelques réflexions sur l'adhésion au système. *Travailler*, (3), 31-54.

Nascimento, E. C. & Justo, J. S. (2000). Vidas errantes e alcoolismo: uma questão social. *Psicologia: Reflexão Crítica*, 13(3), 529-538.

Nascimento, P.F.G. (2005). Não provedores: desemprego e alcoolismo masculino em comunidades de baixa renda. *Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe*, 3. Fundação Carlos Chagas/ Fundação MacArthur.

Declaração universal dos direitos humanos (1948, 10 de dezembro). Resolução 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Recuperado em 03 de dezembro de 2010, de: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php.

Pochmann, M. (2006). Desempregados do Brasil. In R. Antunes, (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

Pochmann, M. (2008). *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo.

Salerno, M. S. (1991). Flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria. Tese de doutorado, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.

Seligman-Silva, E. (1995). Psicopatologia e saúde mental no trabalho. In R. Mendes (Org.), *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Atheneu.

Seligman-Silva, E. (2001). Desemprego e a psicopatologia da recessão. In L.H. Borges, M.G.B. Moulin & M.D. Araujo, (Orgs.), *Organização do trabalho e saúde: múltiplas relações*. Vitória: EDUFES.

Senge, P. (2006). *A quinta disciplina – arte e prática da organização que aprende* (22ª ed). São Paulo: Best Seller.

Sennett, Richard. (2008). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. (Trad. M. Santarrita). Rio de Janeiro: Record.

Snow, D. & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes.

Zilbovicius, M. (1999). *Modelos para a produção, produção de modelos: gênese, lógica e difusão do modelo japonês de organização da produção*. São Paulo: FAPESP.

Submetido: 13/12/2010

Revisto: 13/09/2011

Aceito: 19/09/2011

¹ Aqui, o trabalho não está sendo abordando na sua concepção genérica – como o meio pelo qual o homem transforma a natureza – mas a partir do lugar que ocupa na sociedade capitalista, ou seja, uma mercadoria – a força de trabalho – que é vendida pelo trabalhador. O emprego assalariado é a maior expressão do trabalho nesse contexto.

² As configurações do poder empresarial não serão abordadas neste artigo, mas merecem ser destacadas tendo em vista suas consequências para a vivência de sofrimento dos trabalhadores. Uma discussão mais detalhada desse tema pode ser encontrada em Bernardo, 2009.

³ Podemos citar como exemplo o best seller de Peter Senge (2006) intitulado *A empresa que aprende*, que fala que as empresas atuais seriam “sistemas sociais onde as pessoas estão voltadas para a aprendizagem coletiva”. Assim, o autor defende que a diversidade de “visões” em uma “organização que aprende” aglutina-se como em “um caleidoscópio”, no qual ninguém necessitaria sacrificar seus interesses individuais.